

Tensão Sobre Suporte Social de Tribunais Superiores Governança e legitimidade em sistemas de justiça

Caroline Coradassi Almeida Santos (Universidade Positivo)

RESUMO

Este estudo foca o problema do suporte social associado aos tribunais, em especial os Tribunais Superiores. Tem como objetivo compreender como o debate público pode impactar o suporte social dos tribunais superiores nos níveis: organizacional e institucional. O suporte social é entendido, neste estudo, como o apoio público demonstrado aos tribunais através da confiança, reputação e legitimidade. Por isso, ao longo deste ensaio teórico foram expostos aspectos que apontam para o fortalecimento ou que podem desestabilizar o suporte social. Tais apontamentos foram destacados em um modelo de relação entre as variáveis que compõem o suporte social dos tribunais superiores. Os eixos norteadores incluem: (a) legitimidade, (b) reputação, (c) confiança, (d) nível organizacional e (e) nível institucional. As contribuições preliminares apontam para uma relação e ao final apresenta-se um modelo de relação entre tais variáveis.

Palavras-Chave: Suporte social; legitimidade; reputação; confiança; Tribunais

Introdução

Os tribunais não estão a salvo de críticas e avaliação social. Recentemente, eventos como protestos contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e, também, ações de outros tribunais, não só no Brasil, mas em diversas regiões do mundo, tem despertado debates envolvendo questões sobre imagem e o papel dos tribunais, sobretudo entendendo como as organizações que mantêm o estado democrático, o poder moderador e a longevidade constitucional sofrem com questões que impactam seu suporte social. Tão logo, argumenta-se em favor de uma análise baseada em um conjunto de dados que se distribui em um modelo de investigação tridimensional que inclui legitimidade, reputação e confiança.

A intenção não é criar conceitos, mas relacioná-los de tal forma que possam qualificar o estado de apoio ou não as ações apresentadas por tribunais. Assim, caracterizar o que está em jogo na perda ou ganho de suporte social, em diferentes níveis que correspondem a consolidação de uma busca social democrática que envolve questões de legitimidade, reputação e confiança, mas também de aspectos socioeconômicos e culturais.

Neste estudo entende-se suporte social como expressão de questionamento de reputação, confiança e legitimidade. O questionamento significa a contestação e dúvida sobre o papel e ações desempenhadas pelos tribunais. Serão consideradas as expressões: **A) Legitimidade** – a aceitação pública em nível institucional que pode manter ou desestabilizar o apoio aos tribunais. **B) Reputação** - avaliação coletiva baseada em resultados ao longo do tempo. **C) Confiança** - preocupações instrumentais sobre os resultados, desempenho e governança. Foi avaliado o desempenho considerando as relações entre órgãos governamentais, as condições políticas, estratégias gerenciais, tecnologias, funções organizacionais, resultados, percepção de usuários, entre outros fatores.

O suporte Social de Tribunais

Para entender o campo das organizações da justiça, em específico tribunais, inicialmente distinguem-se os níveis institucionais e organizacionais. Instituições são propriedades estruturais da sociedade, são supra-individuais, para além do indivíduo (Ferreira, 2010). Importante salientar que as instituições ordenam a vida dos sujeitos, e a sua existência não depende exclusivamente dos indivíduos. A instituição possui durabilidade, embora ela possa se ajustar ao contexto em que está inserida, pois as instituições influenciam o comportamento e carregam um componente ideacional.

Além disso, há uma relação entre organização e instituição, de tal forma que uma organização pode incorporar valores do contexto em que atua e infundir-se de valor, o que leva ao status de instituição. Os tribunais são organizações institucionalizadas, infundidas de valor, estão além de sua finalidade. No entanto, nos últimos anos eles vêm sendo questionados e estão em foco, o que pode, de certo modo, tocar no limiar entre organização e instituição, neste momento estabelecemos elo com dimensão processual da legitimidade (Deephouse, Bundy, Tost & Suchman, 2018).

Embora, os tribunais, sejam organizações institucionalizadas, estão sujeitos a avaliação social. Ou seja, em determinadas situações podem surgir questionamentos sobre sua forma de atuação ou até mesmo sobre os resultados apresentados. No entanto, outras variáveis de impacto podem ser adicionadas mediante o poder e o papel que desempenham na sociedade, estão expostos a críticas, avaliações e fazem parte de um debate público, e por isso, o suporte social em determinados momentos pode ser fragilizado. Ao se avaliar e julgar aspectos de legitimidade, nota-se sua não exaustividade, não definitividade e incompletude (Guimarães, Gomes & Guarido Filho, 2008).

A legitimidade das organizações interage com diversas fontes e com as organizações sujeitas a avaliação social. Pesquisas recentes reconhecem a mídia como uma fonte para a sociedade, ainda adicionam outras fontes de legitimidade como indivíduos, investidores, movimentos sociais e outras partes interessadas (Deephouse, Bundy, Tost & Suchman, 2018). Outra questão são os critérios usados por diferentes fontes ao avaliar a legitimidade das organizações e de suas ações. Existem vários tipos de critérios, e estes podem ser úteis para identificar diferentes dimensões de legitimidade, dada a complexidade, multiplicidade e os diferentes níveis de avaliação entre micro, meso e macro (Bitektine & Haack, 2015).

Além da legitimidade outra característica de avaliação é a confiança que pode ser facilmente definida como o grau em que as partes interessadas externas, como o público, mantêm uma orientação de confiança coletiva em relação a uma organização. A orientação de confiança do público em relação a uma organização é importante por vários motivos. Primeiro, as organizações tendem a ser pobres em saber como restaurar a confiança. Como tal, compreender formas para reparar a confiança pode ser um método de gerenciamento de recursos crítico a fim de limitar os danos causados por falhas organizacionais.

A reputação é um conceito fundamental em muitas situações que envolvem interação entre partes, além disso, é um meio importante para estabelecer confiança em ambientes descentralizados. A reputação é geralmente construída com base no feedback daqueles que têm interações diretas com a organização. Dado um conjunto de feedback, a confiabilidade de uma pessoa pode ser inferida por meio do uso de funções de confiança. As funções de confiança têm um impacto direto na decisão sobre a coleta de informações e outras tarefas críticas e é um componente-chave para qualquer modelo de confiança baseado em reputação. Muitas funções

de confiança foram propostas, visando diferentes domínios de aplicação. Eles diferem em uma variedade de aspectos, incluindo metodologias de inferência de confiança, complexidade e precisão (Miotto, Del-Castilho-Feito, Blanco-González, 2020).

Definição 1. Reputação (R) reflete os resultados (r) ao longo do tempo (n), e consta como elemento de avaliação da organização pelos agentes (a).

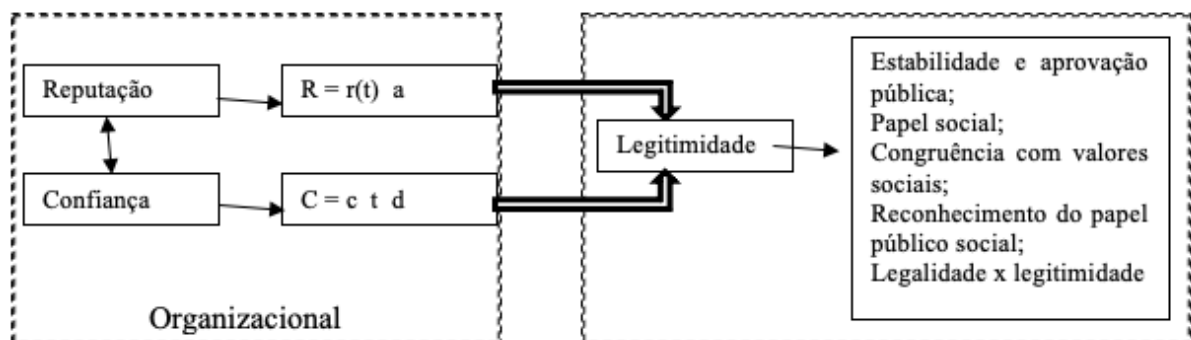
Dito isso, ressalta-se que a forma como os tribunais e outras organizações são reconhecidas apresenta indicações sobre a confiança e credibilidade.

Definição 2. Confiança (C) reflete a credibilidade (c), a transparência (t) e o risco vinculado ao desempenho (d) apresentado por uma organização.

Enquanto algumas das questões discutidas destacaram tensões mais gerais, outras com direcionamento específico para expectativas disciplinares demonstram como a reputação é construída e a confiança é mantida. Assim, tem-se a relação:

$$R_{(n)} \rightarrow C$$

$$C_{(d)} \rightarrow R$$



Referencias

Bitektine, Alex & Haack, Patrick. (2015). The "Macro" and the "Micro" of Legitimacy: Toward a Multilevel Theory of the Legitimacy Process. *Academy of Management Review*. 40. 49-75.

Deephouse, D. L.; Bundy, J.; Tost, L. P.; Suchman, M. C. (2017). Organizational legitimacy: six question. In: Greenwood, R.; Oliver, C.; Lawrence, T.; Meyer, R. E. (Ed.). *The SAGE handbook of organizational institutionalism*. 2. Ed. London, Thousand Oaks, CA & New Delhi: Sage Publications. p. 27-54.

Ferreira, M. C. A (2010). Psicologia Social Contemporânea: principais tendências e perspectivas Nacionais e Internacionais. *Psicologia Social: Teor. e Pesq.*, Brasília, Vol. 26, n. especial, pp. 51-64.

- Guimaraes, T. A., Gomes, A. O, Guarido Filho, E. R. (2008). Administration of justice: an emerging research field. RAUSP Manag. J. vol. 53, no. 3, São Paulo July/Sept. <http://dx.doi.org/10.1108/rausp-04-2018-010>
- Lewicki, R. J., & Bunker, B. B. (1996). Developing and maintaining trust in work relationships. Trust in organizations: Frontiers of theory and research, 114, 139.
- Miotto, G., Del-Castilho-Feito, C., Blanco-González, A. (2020). Reputation and legitimacy: Key factors for Higher Education Institutions' sustained competitive advantage. Journal of Business Research 112, 342–353.